



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador Julierme Sena

5938 / 2018

REQUERIMENTO Nº / 2018

Requer a transição para os anais desta Casa da matéria intitulada **"Câmara aprova projeto que afrouxa Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios"** veiculada no caderno Política do jornal Diário do Nordeste - em 05 de Dezembro de 2018.

EXM.º SENHOR PRESIDENTE, DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador Julierme Sena, Vereador do PROS no uso de suas atribuições funcionais em consonância com o Regimento Interno, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa., no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requerer a transcrição nos anais desta Casa da matéria intitulada **"Câmara aprova projeto que afrouxa Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios"** veiculada no caderno Política do jornal Diário do Nordeste em 05 de Dezembro de 2018.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM _____ DE _____ DE 2018.


JULIERME SENA
Vereador do PROS



Câmara aprova projeto que afrouxa Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios

Por Estadão Conteúdo, 18:06 / 05 de Dezembro de 2018

Permite aos municípios receberem transferências voluntárias, obterem garantia direta ou indireta de outro ente e contratarem operações de crédito mesmo se não reduzirem despesas com pessoal que estejam acima do limite



Deputados aprovaram nesta quarta-feira, 5, projeto de lei que afrouxa a Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios e permite que as administrações regionais ultrapassem o limite de gastos com pessoal sem sofrer punições. No plenário, foram 300 votos favoráveis, 46 contrários e 5 abstenções. Entre os partidos, apenas PSDB e PSL orientaram contra a aprovação.

O projeto permite aos municípios receberem transferências voluntárias, obterem garantia direta ou indireta de outro ente e contratarem operações de crédito mesmo se não reduzirem despesas com pessoal que estejam acima do limite.

A medida será possível para os municípios que a receita real tenha queda maior que 10%, em comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior, devido à diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e devido à diminuição das receitas de royalties e participações especiais.

A proposta veio do Senado e segue agora direto para a sanção do presidente Michel Temer, já que não foi alterada.

PALAVRAS-CHAVES:

FPM

MUNICÍPIOS